

## TEKNO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

---

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Tekno S.A. Indústria e Comércio (“Companhia” ou “Tekno”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo na rua Alfredo Mario Pizzotti, 51 e com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob as siglas “TKNO3” e “TKNO4”.

A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas metálicas e também a participação societária em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Fazem parte das informações contábeis as seguintes empresas:

##### Controladas

- Profinish Indústria e Comércio Ltda. (“Profinish”): fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais e plásticos e congêneres, fabricação, distribuição e comercialização de outros produtos com predominância de metal, destinados aos mercados interno e externo.
- Tekrom Transportes, Representações e Montagens Ltda. (“Tekrom”): prestação de serviços de transportes de cargas, basicamente, para sua controladora.
- Alucoil do Brasil S.A. Indústria e Comércio (“Alucoil”): fabricação, industrialização, distribuição e comercialização de painéis compostos de alumínio e outros metais.

##### Controladas em conjunto

- MSC/Tekno Laminates and Composites Ltda. (“MSC/Tekno”): industrialização e comercialização de produtos laminados destinados à indústria automobilística.
- Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio (“Perfilor”): industrialização e comercialização de telhas de aço, utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis, principalmente industriais e comerciais.

O exercício social da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto, inicia-se em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

#### 2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS’s”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, inclusive as notas explicativas, lado a lado.

## 2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e pelo ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e controladas em conjunto também são preparadas em Reais.

### (b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

(b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

(d) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(g) Provisão para benefícios pós-emprego

A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas na nota explicativa nº 31.

(h) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória

A companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue:

#### 3.1 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (honorários de “due diligence”, advogados, entre outros) são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente (ver item 3.2 abaixo). Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do exercício e não é passível de reversão posterior.

Na alienação de uma controlada ou uma controlada em conjunto, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação.

Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como ganho imediato no resultado do exercício em que ocorreu a aquisição.

O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período contingências ativas ou passivas atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou ao passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda, reconhecido no resultado do exercício em curso.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

### 3.2 Alocação dos saldos de ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver item 3.1 acima), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

### 3.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. No consolidado, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Tekno, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que está apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como “Investimentos” e “Resultado de equivalência patrimonial”, respectivamente. Considera-se existir controle compartilhado somente

quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 3.4 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo

amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos e partes relacionadas.

- **Passivos financeiros**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: débitos com partes relacionadas, fornecedores, e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

#### Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

#### Instrumentos compostos

Os componentes de um instrumento composto, se houver, são segregados e classificados separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado usando-se a taxa de juros predominante de mercado para um instrumento não conversível similar. Este montante é registrado como um passivo com base no custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos até que seja extinto através de conversão ou de vencimento do instrumento. O componente de patrimônio líquido é determinado pela dedução do montante do componente passivo do valor justo do instrumento composto como um todo, sendo reconhecido e

incluído no patrimônio líquido, descontados os efeitos tributários, não sendo remensurado subsequentemente.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

### 3.5 Ativos financeiros

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

#### b) Aplicações financeiras

Compreendem os saldos de aplicações financeiras, com prazos superiores a 90 dias para resgate contados a partir da data da aplicação e que não possuem previsão para resgate imediato.

#### c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Conforme disposto no CPC 12, o ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

#### d) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo de caixa futuro estimado do investimento.



### 3.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes.

### 3.7 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos em 31 de dezembro de 2010, descrita na nota explicativa nº 14, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de edificações e máquinas e equipamentos, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

### 3.8 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### 3.9 Redução ao valor recuperável - Impairment

- Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 3.10 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

### 3.11 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 3.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Companhia e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existe no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSLL; (ii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir

de 2015, no entanto a sua adoção antecipada, de forma irrevogável, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação desta MP.

A Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e concluiu não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Administração da Companhia aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo a fim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o exercício de 2014.

### 3.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não registraram o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

### 3.14 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

- Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

- Receitas financeiras

As receitas financeiras, que abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

### 3.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

### 3.16 Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto que para as IFRS estas demonstrações representam informação complementar.

### 3.17 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

### 3.18 Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram tratados como distribuição de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros sobre o capital foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior.

## 4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013:

<b>Norma:</b>	<b>Assunto</b>
IFRS 7: Divulgações	Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros
IFRS 10 e CPC 36 (R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11 e CPC 19 (R2)	Negócios em conjunto
IFRS 12 e CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades
IFRS 13 e CPC 46	Mensuração do Valor Justo

IAS 1	Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes
IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras (Esclarecimento das Exigências de Informações Comparativas)
IAS 19 e CPC 33	Benefício aos Empregados

<b>CPC/CVM:</b>	<b>Assunto</b>
Instrução No. 527	Dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominadas LAJIDA e LAJIR

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) demonstrados acima foram publicados ou revisados e têm adoção obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Exceto quanto à aplicação da norma CPC 19 (R2), equivalente a IFRS 11 – Negócios em Conjunto, que resultou em alterações na contabilização dos investimentos mantidos pela Companhia nas joint ventures que anteriormente foram registrados pelo método de consolidação proporcional, de acordo com a norma IAS 31 - *Interest in Joint Ventures*, não houve impactos relevantes sobre as informações trimestrais e demonstrações financeiras da Companhia.

De acordo com a norma IFRS 11 e CPC 19(R2), as empresas controladas em conjunto são classificadas como joint ventures e são registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Tekno, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que está apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado e/ou do resultado abrangente como “Investimentos” e “Equivalência patrimonial”, respectivamente.

Os valores correspondentes relativos às demonstrações consolidadas do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e dos fluxos de caixa consolidados e do valor adicionado consolidado (informação suplementar) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, originalmente apresentados na demonstração financeira daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir. Adicionalmente, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 1º de janeiro de 2012 e em 31 de dezembro de 2012, reapresentados no trimestre findo em 31 de março de 2013 em função da adoção de novas práticas contábeis anteriormente descritas, estão apresentados a seguir:

**Balço patrimonial**

01/01/2012							
ATIVO	Controladora			Consolidado			
	Originalmente Apresentado	Reclassifi- cações	Saldo ajustado	Originalmente Apresentado	Ajustes CPC 19 / IFRS 11 (d)	Reclassifi- cações	Saldo ajustado
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	126.311	-	126.311	138.674	(3.992)	-	134.682
Aplicações financeiras	2.262	-	2.262	2.262	-	-	2.262
Contas a receber de clientes	23.030	(361) (b)	22.669	26.406	(3.362)	(367) (b)	22.677
Partes relacionadas	-	361 (b)	361	-	-	367 (b)	367
Estoques	20.395	-	20.395	24.868	(4.364)	-	20.504
Tributos a recuperar	859	-	859	3.998	(3.134)	-	864
Outros créditos	1.023	(35) (b)	988	1.157	(143)	(8) (b)	1.006
Despesas antecipadas	35	-	35	59	-	-	59
Total do ativo circulante	173.915	(35)	173.880	197.424	(14.995)	(8)	182.421
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Ativo fiscal diferido	1.971	(1.971) (a)	-	1.971	-	(1.971) (a)	-
Partes relacionadas	-	35 (b)	35	-	-	8 (b)	8
Tributos a recuperar	2.022	-	2.022	2.039	(16)	-	2.023
Depósitos judiciais	1.804	-	1.804	1.905	(101)	-	1.804
Investimentos	12.758	-	12.758	33	4.224	-	4.257
Imobilizado	63.475	-	63.475	69.084	(5.593)	-	63.491
Intangível	379	-	379	467	(88)	-	379
Total do ativo não circulante	82.409	(1.936)	80.473	75.499	(1.574)	(1.963)	71.962
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>256.324</b>	<b>(1.971)</b>	<b>254.353</b>	<b>272.923</b>	<b>(16.569)</b>	<b>(1.971)</b>	<b>254.383</b>
01/01/2012							
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado			
	Originalmente Apresentado	Reclassifi- cações	Saldo ajustado	Originalmente Apresentado	Ajustes CPC 19 / IFRS 11 (d)	Reclassifi- cações	Saldo ajustado
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores	8.306	(340) (c)	7.966	18.347	(10.127)	(142) (c)	8.078
Financiamentos e empréstimos	-	-	-	5.932	(5.932)	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	2.966	-	2.966	3.506	(509)	-	2.997
Obrigações fiscais	420	-	420	840	(335)	-	505
Adiantamentos de clientes	37	-	37	203	(166)	-	37
Partes relacionadas	-	346 (c)	346	-	-	148 (c)	148
Participações estatutárias	610	-	610	610	-	-	610
Provisões para risco fiscais, trabalhistas e cíveis	584	-	584	584	-	-	584
Provisões para passivo a descoberto	1.966	-	1.966	-	1.966	-	1.966
Outras contas a pagar	361	(6) (c)	355	1.421	(1.060)	(6) (c)	355
Total do passivo circulante	15.250	-	15.250	31.443	(16.163)	-	15.280
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Provisões para risco fiscais, trabalhistas e cíveis	1.112	-	1.112	1.518	(406)	-	1.112
Provisão para passivo pós-emprego	1.000	-	1.000	1.000	-	-	1.000
Passivo fiscal diferido	9.727	(1.971) (a)	7.756	9.727	-	(1.971) (a)	7.756
Total do passivo não circulante	11.839	(1.971)	9.868	12.245	(406)	(1.971)	9.868
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Total do patrimônio líquido	229.235	-	229.235	229.235	-	-	229.235
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>256.324</b>	<b>(1.971)</b>	<b>254.353</b>	<b>272.923</b>	<b>(16.569)</b>	<b>(1.971)</b>	<b>254.383</b>

- (a) Ajuste para apresentação líquida dos impostos diferidos no balanço patrimonial da Companhia, para alinhamento com entendimento de que os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos devem estar registrados pelo valor líquido no ativo ou passivo, quando tratar-se de mesma entidade legal.
- (b) Reclassificação de contas a receber de clientes e outros créditos para partes relacionadas, para melhor apresentação e comparabilidade.
- (c) Reclassificação de fornecedores e outras contas a pagar para partes relacionadas para melhor apresentação e comparabilidade.
- (d) Ajustes decorrentes da adoção do CPC 19 e IFRS 11, conforme citado anteriormente. As empresas controladas em conjunto que anteriormente eram consolidadas proporcionalmente e que passaram a ser registradas pelo método de equivalência patrimonial são: Perfilor (49% de participação); MSC/Tekno (49% de participação) e Alucoil (49% de participação em 31 de dezembro de 2012, em 31 de março de 2013, em 30 de junho de 2013 e 90% de participação em 31 de dezembro de 2013, quando passou a ser entidade controlada pela Companhia.).

31/12/2012				
	Controladora	Consolidado		
	Originalmente Apresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes CPC 19 / IFRS 11 (d)	Saldo ajustado
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	88.931	101.771	(3.417)	98.354
Contas a receber de clientes	23.736	27.003	(3.265)	23.738
Partes relacionadas	3.894	2.041	1.864	3.905
Estoques	19.152	25.756	(6.451)	19.305
Tributos a recuperar	3.294	5.512	(2.215)	3.297
Outros créditos	998	1.098	(100)	998
Despesas antecipadas	76	99	-	99
Total do ativo circulante	140.081	163.280	(13.584)	149.696
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Partes relacionadas	2.661	1.422	1.227	2.649
Tributos a recuperar	1.388	3.703	(2.314)	1.389
Depósitos judiciais	3.197	3.298	(101)	3.197
Investimentos	21.793	33	12.245	12.278
Imobilizado	74.179	80.964	(6.771)	74.193
Intangível	342	424	(82)	342
Total do ativo não circulante	103.560	89.844	4.204	94.048
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>243.641</b>	<b>253.124</b>	<b>(9.380)</b>	<b>243.744</b>



	31/12/2012			
	Controladora	Consolidado		
	Originalmente	Originalmente	Ajustes CPC 19 /	Saldo
	Apresentado	Apresentado	IFRS 11 (d)	ajustado
<b>PASSIVO E</b>				
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	5.445	6.372	(785)	5.587
Obrigações sociais e trabalhistas	3.364	3.946	(549)	3.397
Obrigações fiscais	769	1.364	(533)	831
Adiantamentos de clientes	125	582	(457)	125
Partes relacionadas	153	5.729	(5.711)	18
Participações estatutárias	553	553	-	553
Provisões para risco fiscais, trabalhistas e cíveis	484	484	-	484
Outras contas a pagar	519	1.609	(1.089)	520
Total do passivo circulante	11.412	20.639	(9.124)	11.515
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Provisões para risco fiscais, trabalhistas e cíveis	801	1.126	(325)	801
Provisão para passivo pós- emprego	1.800	1.800	-	1.800
Passivo fiscal diferido	5.887	5.818	69	5.887
Total do passivo não circulante	8.488	8.744	(256)	8.488
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Total do patrimônio líquido	223.741	223.741	-	223.741
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO</b>				
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>243.641</b>	<b>253.124</b>	<b>(9.380)</b>	<b>243.744</b>

### Demonstração do resultado

	Consolidado - 31/12/2012		
	Originalmente	Ajustes CPC 19 /	Saldo
	Apresentado	IFRS 11 (d)	ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	147.409	(21.617)	125.792
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(107.345)	16.244	(91.101)
LUCRO BRUTO	40.064	(5.373)	34.691
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas:			
Despesas com pessoal	(3.619)	1.422	(2.197)
Outras despesas com vendas	(4.078)	1.943	(2.135)
	(7.697)	3.365	(4.332)
Despesas administrativas:			
Despesas com pessoal	(6.421)	463	(5.958)
Remuneração dos administradores	(1.895)	-	(1.895)
Participações estatutárias	(553)	-	(553)
Outras despesas administrativas	(7.245)	525	(6.720)
	(16.114)	988	(15.126)
Outras receitas operacionais	638	76	714
Resultado de equivalência patrimonial	-	94	94
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	16.891	(850)	16.041
Receitas financeiras	11.058	(223)	10.835
Despesas financeiras	(1.152)	888	(264)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26.797	(185)	26.612
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.350)	254	(7.096)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.938	(69)	1.869
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>21.385</b>	<b>-</b>	<b>21.385</b>

Demonstração dos fluxos de caixa

Controladora - 31/12/2012			
	Originalmente Apresentado	Reclassificações (i)	Saldo ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	26.324	-	26.324
Ajustes	6.122	-	6.122
	32.446	-	32.446
Variações nos ativos e passivos:			
Aplicações financeiras	2.262	(2.262)	-
Participações estatutárias	-	(57)	(57)
Outros créditos e despesas antecipadas	(2.424)	980	(1.444)
Outras contas a pagar e demais contas	444	(553)	(109)
Demais variações nos ativos e passivos	(19.617)	-	(19.617)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.111	(1.892)	11.219
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aplicações financeiras	-	2.262	2.262
Dividendos a receber de controlada em conjunto	980	(980)	-
Demais atividades de investimento	(23.983)	-	(23.983)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(23.003)	1.282	(21.721)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamentos de participações estatutárias	(610)	610	-
Demais atividades de financiamento	(26.878)	-	(26.878)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(27.488)	610	(26.878)
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(37.380)</b>	<b>-</b>	<b>(37.380)</b>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa:			
No início do período	126.311	-	126.311
No fim do período	88.931	-	88.931
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(37.380)</b>	<b>-</b>	<b>(37.380)</b>

(i) Reclassificação de Aplicações financeiras, participações estatutárias e dividendos a receber de controlada em conjunto para melhor classificação contábil.

Consolidado - 31/12/2012				
	Originalmente Apresentado	Ajustes CPC 19 / IFRS 11 (d)	Reclassifi- cações (i)	Saldo ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	26.797	(185)	-	26.612
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	6.333	(426)	-	5.907
Provisões para devedores duvidosos, perdas nos estoques e contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	1.162	(138)	-	1.024
Variações cambiais não realizadas	298	-	-	298
Resultado na venda de ativo imobilizado	4	(1)	-	3
Equivalência patrimonial	-	(94)	-	(94)
	34.594	(844)	-	33.750
Variações nos ativos e passivos:				
Aplicações financeiras	2.262	-	(2.262)	-
Contas a receber de clientes	(839)	(33)	-	(872)
Partes relacionadas	(13.369)	7.060	-	(6.309)
Estoques	(912)	2.089	-	1.177
Tributos a recuperar	(3.178)	1.379	-	(1.799)
Outros créditos e despesas antecipadas	(1.457)	(948)	980	(1.425)
Fornecedores	(4.800)	(489)	-	(5.289)
Participações estatutárias	-	-	(57)	(57)
Outras contas a pagar e demais contas	5.358	(4.927)	(553)	(122)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.037)	254	-	(6.783)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.622	3.541	(1.892)	12.271
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	-	-	2.262	2.262
Aumento de capital em controladas em conjunto	-	(10.873)	-	(10.873)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(15.768)	1.599	-	(14.169)
Recebimento de dividendos de controlada	-	980	-	980
Dividendos a receber de controlada em conjunto	-	980	(980)	-
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	79	-	-	79
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(15.689)	(7.314)	1.282	(21.721)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(26.878)	-	-	(26.878)
Pagamentos de participações estatutárias	(610)	-	610	-
Pagamentos de empréstimos	(3.645)	3.645	-	-
Juros pagos por empréstimos	(703)	703	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(31.836)	4.348	610	(26.878)
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(36.903)</b>	<b>575</b>	<b>-</b>	<b>(36.328)</b>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	138.674	(3.992)	-	134.682
No fim do período	101.771	(3.417)	-	98.354
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(36.903)</b>	<b>575</b>	<b>-</b>	<b>(36.328)</b>

Demonstração do valor adicionado

Controladora - 31/12/2012			
	Originalmente Apresentado	Reclassificações (ii)	Saldo ajustado
RECEITAS			
Vendas de mercadoria, produtos e serviços líquido das devoluções e abatimentos	161.712	-	161.712
Outras receitas	487	4.250	4.737
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -	175	-	175
	162.374	4.250	166.624
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)	(97.353)	-	(97.353)
RETENÇÕES	(5.905)	-	(5.905)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.602	-	11.602
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>70.718</b>	<b>4.250</b>	<b>74.968</b>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO EMPREGADOS	25.186		25.186
TRIBUTOS			
Federais	19.228	1.445	20.673
Demais tributos	4.390	-	4.390
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	529	-	529
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS			
Juros sobre o capital próprio	11.278	-	11.278
Dividendos adicionais propostos	9.037	2.665	11.702
Lucros retidos	1.070	140	1.210
	<b>70.718</b>	<b>4.250</b>	<b>74.968</b>

(ii) Inclusão da realização do custo atribuído na demonstração do valor adicionado.

Consolidado - 31/12/2012				
	Originalmente Apresentado	Ajustes CPC 19 / IFRS 11 (d)	Reclassifi- cações (ii)	Saldo ajustado
RECEITAS				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços líquido das devoluções e abatimentos	189.954	(28.121)	-	161.833
Outras Receitas	539	(10)	4.250	4.779
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	15	153	-	168
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(100.640)	19.109	-	(81.531)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(17.726)	2.790	-	(14.936)
Valor adicionado bruto	72.142	(6.079)	4.250	70.313
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(6.333)	426	-	(5.907)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	65.809	(5.653)	4.250	64.406
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	-	94	-	94
Receitas financeiras	11.058	(223)	-	10.835
Outras receitas	99	86	-	185
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>76.966</b>	<b>(5.696)</b>	<b>4.250</b>	<b>75.520</b>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados:				
Remuneração direta	22.059	(1.462)	-	20.597
Benefícios	3.594	(227)	-	3.367
FGTS	1.577	(119)	-	1.458
TRIBUTOS				
Federais	21.402	(1.999)	1.445	20.848
Estaduais	5.894	(1.604)	-	4.290
Municipais	174	-	-	174
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS				
Juros	247	(211)	-	36
Aluguéis	634	(74)	-	560
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS				
Juros sobre o capital próprio	11.278	-	-	11.278
Dividendos adicionais propostos	9.037	-	2.665	11.702
Lucros retidos	1.070	-	140	1.210
	<b>76.966</b>	<b>(5.696)</b>	<b>4.250</b>	<b>75.520</b>

A demonstração do resultado abrangente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e das mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foi reapresentada por não ter havido modificações em relação a originalmente apresentada.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013:

<b>Norma:</b>	<b>Assunto</b>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IAS 19 e CPC 33	Planos de Benefício Definido: Contribuições de Empregados
IAS 27	Demonstrações Financeiras Separadas

## IAS 28

## Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários ('CVM') de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB'), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

## 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e bancos	715	671	126	745	692	138
Aplicações financeiras	42.688	88.260	126.185	46.584	97.662	134.544
<b>Total</b>	<b>43.403</b>	<b>88.931</b>	<b>126.311</b>	<b>47.329</b>	<b>98.354</b>	<b>134.682</b>

As aplicações financeiras com liquidez imediata referem-se a investimentos em fundos de renda fixa e operações com lastro em debêntures, remunerados a taxas que variam entre 100% e 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras	2.661	-	2.262	2.661	-	2.262

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em operações compromissadas com lastro em debêntures, remuneradas a taxas que variavam entre 100% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Não foram classificadas como equivalentes de caixa por não possuírem prazo inferior a 90 dias para resgate contados da data da aplicação e por não possuírem previsão de resgate imediato.

## 7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

## a) Composta por:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
No país	28.951	23.927	22.820	28.960	23.929	22.828
No exterior	198	172	387	198	172	387
<b>Total</b>	<b>29.149</b>	<b>24.099</b>	<b>23.207</b>	<b>29.158</b>	<b>24.101</b>	<b>23.215</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(415)	(363)	(538)	(415)	(363)	(538)
	<b>28.734</b>	<b>23.736</b>	<b>22.669</b>	<b>28.743</b>	<b>23.738</b>	<b>22.677</b>

## b) Por idade de vencimento

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>A vencer</b>						
Até 30 dias	15.404	13.006	14.024	15.413	13.009	14.025
De 31 a 60 dias	8.149	7.462	6.724	8.149	7.461	6.724
De 61 a 90 dias	3.106	2.170	1.345	3.106	2.170	1.345
De 91 a 180 dias	33	27	74	33	27	74
<b>Total a vencer</b>	<b>26.692</b>	<b>22.665</b>	<b>22.167</b>	<b>26.701</b>	<b>22.667</b>	<b>22.168</b>
<b>Vencido</b>						
Até 30 dias	1.748	1.070	483	1.748	1.070	483
De 31 a 60 dias	76	1	10	76	1	10
De 61 a 90 dias	212	-	-	212	-	-
De 91 a 180 dias	10	12	116	10	12	116
Acima de 181 dias	411	351	431	411	351	438
<b>Total vencido</b>	<b>2.457</b>	<b>1.434</b>	<b>1.040</b>	<b>2.457</b>	<b>1.434</b>	<b>1.047</b>
<b>Total</b>	<b>29.149</b>	<b>24.099</b>	<b>23.207</b>	<b>29.158</b>	<b>24.101</b>	<b>23.215</b>

## c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(363)	(538)	(363)	(538)
Adições	(279)	(105)	(279)	(105)
Reversões e baixas	227	280	227	280
Saldo final	(415)	(363)	(415)	(363)

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisões para créditos de liquidação duvidosa no valor das perdas estimadas em decorrência da incapacidade dos clientes de efetuar os pagamentos de títulos vencidos. As empresas têm como procedimento rever tais provisões trimestralmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de constituir provisão para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos acima de 90 dias, sem que haja negociação em andamento. Historicamente não têm sido verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A despesa com constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado.

## 8 ESTOQUES

## a) Compostos por:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Produtos acabados	11.075	5.049	4.372	11.585	5.049	4.373
Produtos em elaboração	22	18	33	23	18	33
Matérias-primas (i)	16.701	12.661	15.441	17.292	12.807	15.540
Adiantamentos a fornecedores	-	565	-	-	565	-
Material de consumo e outros	3.475	2.948	2.660	3.482	2.955	2.669
Provisão para perdas	(3.435)	(2.089)	(2.111)	(3.556)	(2.089)	(2.111)
	<b>27.838</b>	<b>19.152</b>	<b>20.395</b>	<b>28.826</b>	<b>19.305</b>	<b>20.504</b>

- (i) O aumento nos estoques de matérias-primas deve-se a expectativa do aumento de produção com o início das operações da linha de pintura 3.

## b) Movimentação da provisão para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(2.089)	(2.111)	(2.089)	(2.111)
Adições	(1.346)	(35)	(1.467)	(35)
Reversões e baixas	-	57	-	57
Saldo final	<b>(3.435)</b>	<b>(2.089)</b>	<b>(3.556)</b>	<b>(2.089)</b>

## 9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Ativo circulante</b>						
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	837	322	76	1.027	323	76
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	1.908	2.098	37	1.992	2.098	37
PIS - Programa de integração social	409	450	3	427	450	3
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	22	266	683	56	268	688
IRRF s/rend. de aplicações financeiras	-	-	-	19	-	-
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	431	156	59	439	156	59
Outros	2	2	1	37	2	1
	<b>3.609</b>	<b>3.294</b>	<b>859</b>	<b>3.997</b>	<b>3.297</b>	<b>864</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	1.037	1.215	264	1.324	1.216	265
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	151	142	1.444	1.213	142	1.444
PIS - Programa de integração social	33	31	314	251	31	314
	<b>1.221</b>	<b>1.388</b>	<b>2.022</b>	<b>2.788</b>	<b>1.389</b>	<b>2.023</b>



## 10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

## a. Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b><u>Não circulante</u></b>						
Provisão para perdas na realização dos estoques	3.435	2.089	2.111	3.556	2.089	2.111
Provisões para perdas em aplicações compulsórias	276	261	243	276	261	243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	415	363	538	415	363	538
Provisão para riscos trabalhistas, tributários	2.769	3.053	1.861	2.769	3.053	1.861
Provisão para obrigações pós-emprego	1.033	1.800	1.000	1.033	1.800	1.000
Provisão para despesa com aposentadoria compulsória	1.897	-	-	1.897	-	-
Provisão para comissões a pagar	38	51	40	38	51	40
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal (i)	-	-	-	979	-	-
Despesas pre-operacionais (ii)	-	-	-	1.041	-	-
	9.863	7.617	5.793	12.004	7.617	5.793
Aliquota vigente (iii)	34%	34%	34%	33%	34%	34%
	3.353	2.590	1.970	3.917	2.590	1.970
Compensação com impostos diferidos passivo	(3.353)	(2.590)	(1.970)	(3.353)	(2.590)	(1.970)
<b>Impostos diferidos ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Depreciação referente ajuste de vida útil	(3.762)	(2.722)	(2.149)	(3.762)	(2.722)	(2.149)
Custo atribuído do imobilizado	(16.915)	(22.210)	(26.459)	(16.915)	(22.210)	(26.459)
Combinação de negócios - mais valia de imobilizado	-	-	-	(1.450)	-	-
	(20.677)	(24.932)	(28.608)	(22.127)	(24.932)	(28.608)
Aliquota vigente	34%	34%	34%	34%	34%	34%
	(7.030)	(8.477)	(9.726)	(7.523)	(8.477)	(9.726)
Compensação de impostos diferidos ativo	3.353	2.590	1.970	3.353	2.590	1.970
<b>Impostos diferidos passivo</b>	<b>(3.677)</b>	<b>(5.887)</b>	<b>(7.756)</b>	<b>(4.170)</b>	<b>(5.887)</b>	<b>(7.756)</b>

- (i) Créditos tributários sobre prejuízo fiscal constituídos pela controlada Alucoil.
- (ii) Constituição de impostos diferidos sobre despesas pré-operacionais das controladas Alucoil e Profinish.
- (iii) A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, constituem impostos diferidos a alíquota de 34%, exceto a controlada Alucoil do Brasil que constitui impostos diferidos a alíquota de 24%, por entender ser esta a alíquota de realização de seu IR e CSLL.

- Movimentação dos impostos diferidos:

	Controladora				
	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total	Outros resultados abrangentes	Total outros resultados abrangentes
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>1.970</b>	<b>(9.726)</b>	<b>(7.756)</b>	-	-
Movimentação no resultado do exercício	620	1.249	1.869	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.590</b>	<b>(8.477)</b>	<b>(5.887)</b>	-	-
Movimentação no resultado do exercício	1.124	1.447	2.571	-	-
Movimentação outros resultados abrangentes	(361)	-	(361)	(242)	(603)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.353</b>	<b>(7.030)</b>	<b>(3.677)</b>	<b>(242)</b>	<b>(603)</b>

  

	Consolidado				
	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total	Outros resultados abrangentes	Total outros resultados abrangentes
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>1.970</b>	<b>(9.726)</b>	<b>(7.756)</b>	-	-
Movimentação no resultado do exercício	620	1.249	1.869	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.590</b>	<b>(8.477)</b>	<b>(5.887)</b>	-	-
Movimentação no resultado do exercício	1.688	1.447	3.135	-	-
Movimentação outros resultados abrangentes	(361)	(493)	(854)	251	(603)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.917</b>	<b>(7.523)</b>	<b>(3.606)</b>	<b>251</b>	<b>(603)</b>

A expectativa de realização / liquidação do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Impostos diferidos ativo	
	Controladora	Consolidado
2014	803	945
2015	441	583
2016	448	590
2017	-	50
2018	40	90
2019 em diante	1.621	1.659
<b>Total</b>	<b>3.353</b>	<b>3.917</b>

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias geradas por sua controlada em conjunto Perfilor no montante de R\$2.911 (R\$3.177 em 31 de dezembro de 2012 e R\$3.346 em 1º de janeiro de 2012), que devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios não foram registrados pela controlada.

## b. Conciliação com o resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27.862	26.324	27.720	26.612
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(9.473)	(8.950)	(9.425)	(9.049)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Resultado de equivalência patrimonial	148	377	221	-
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	3.283	3.834	3.283	3.834
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(191)	(200)	(218)	(12)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(6.233)</b>	<b>(4.939)</b>	<b>(6.139)</b>	<b>(5.227)</b>
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(8.804)	(6.808)	(9.038)	(7.096)
Diferidos	2.571	1.869	2.899	1.869
	<b>(6.233)</b>	<b>(4.939)</b>	<b>(6.139)</b>	<b>(5.227)</b>

## 11 PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do período relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em preços e condições que observaram os parâmetros de mercado.

## a. Saldos a receber:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Tekrom	-	7	11	-	-	-
Profinish (i)	2.536	4	2	-	-	-
MSC/Tekno	34	29	11	34	28	12
Perfilor (ii)	6.474	5.255	357	6.479	5.266	363
Alucoil (i)	1.793	1.260	15	-	1.260	-
	<b>10.837</b>	<b>6.555</b>	<b>396</b>	<b>6.513</b>	<b>6.554</b>	<b>375</b>
Circulante	2.645	3.894	361	2.497	3.905	367
Não circulante	8.192	2.661	35	4.016	2.649	8
	<b>10.837</b>	<b>6.555</b>	<b>396</b>	<b>6.513</b>	<b>6.554</b>	<b>375</b>

## b. Saldos a pagar:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Tekrom	2	5	29	-	-	-
Profinish	387	130	169	-	-	-
MSC/Tekno	-	18	1	-	18	1
Perfilor	-	-	147	-	-	147
	<b>389</b>	<b>153</b>	<b>346</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>148</b>
Remuneração a pagar a administradores	96	95	98	104	96	99

## c. Transações com partes relacionadas:

## 1. Venda de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Profinish	14	2	-	-
MSC/Tekno	431	222	452	233
Perfilor	8.313	6.303	8.432	6.379
Alucoil	786	914	1.359	914
Aluguéis e condomínios (iii)	195	192	115	131
Serviços compartilhados (iv)	134	171	65	60
	<b>9.873</b>	<b>7.804</b>	<b>10.423</b>	<b>7.717</b>

## 2. Compra de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Profinish	2.375	1.829	-	-
Tekrom	1.593	1.446	5	51
MSC/Tekno	57	104	57	104
Perfilor	548	105	1.133	105
	<b>4.573</b>	<b>3.484</b>	<b>1.195</b>	<b>260</b>

(i) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), constituído no exercício de 2013 e tem como destinação se tornar capital social na empresa Profinish Indústria e Comércio e Alucoil do Brasil S.A. Indústria e Comércio de Painéis de Alumínio, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
AFAC – Tekno para Profinish	2.534	-
AFAC – Tekno para Alucoil	1.641	-
	<b>4.175</b>	<b>-</b>

(ii) Saldos a receber Perfilor

Refere-se a saldos a receber de operações de vendas de produtos e serviços, realizadas com a controlada em conjunto Perfilor, no montante de R\$ 6.474 (R\$ 6.479 no consolidado), classificadas em curto e longo prazo de acordo com a expectativa de recebimento.

(iii) Contratos de aluguel de imóveis

Celebrado com as controladas Tekrom e Profinish, tendo por base os preços de mercado, com prazo de vigência indeterminado, reajustado anualmente pelo IGPM-FVG. O contrato firmado com a controlada em conjunto Perfilor tem como prazo de vigência 24 meses, com renovação automática e índice de reajuste o INPC-IBGE.

(iv) Contratos de prestação de serviços administrativos

Refere-se a rateios de despesas administrativas diversas para as controladas Tekrom, Profinish e MSC/Tekno, com prazo de vigência de 4 anos, reajustável nas mesmas datas e pelos mesmos índices de aumentos concedidos pela controladora a seus funcionários.

## d. Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração do conselho de administração	549	472	549	472
Remuneração dos administradores	1.471	1.512	1.636	1.527
Remuneração do pessoal chave (i)	333	273	333	273
Participações estatutárias (i)	581	553	581	553
Encargos e benefícios (seg.vida, prev.privada, INSS e FGTS)	868	921	903	925
	<b>3.802</b>	<b>3.731</b>	<b>4.002</b>	<b>3.750</b>

A Companhia não possui outros benefícios ou obrigações pós-emprego de longo prazo, exceto os detalhados na nota explicativa nº 30 e 31. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixarem e aprovar em Assembleia Geral o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores no montante de R\$2.204, líquido dos encargos sociais.

- (i) A remuneração do pessoal chave e as participações estatutárias não fazem parte do montante global da remuneração anual dos administradores aprovado em Assembleia Geral.

## 12 INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Investimentos em controladas	21.238	9.515	8.501	-	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	10.747	12.245	4.224	10.747	12.245	4.224
Outros	33	33	33	33	33	33
	<b>32.018</b>	<b>21.793</b>	<b>12.758</b>	<b>10.780</b>	<b>12.278</b>	<b>4.257</b>
Provisão para passivo a descoberto	-	-	1.966	-	-	1.966

## 12.1 Informações relativas aos investimentos em controladas

	Tekrom			Profinish			Alucoil		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo	3.999	3.730	3.589	9.122	6.036	5.154	14.755	4.478	4
Passivo	210	132	150	3.184	119	91	3.090	1.332	14
Capital social	400	400	400	4.000	2.488	2.488	11.991	3.591	1
Patrimônio líquido	3.789	3.598	3.439	5.938	5.917	5.063	11.665	3.146	(10)
Receita operacional líquida	1.523	1.327	-	1.660	1.377	-	674	496	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>191</b>	<b>159</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>855</b>	<b>-</b>	<b>(838)</b>	<b>(434)</b>	<b>-</b>
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	90,00%	49,00%	49,00%

## 12.2 Informações relativas aos investimentos em controladas em conjunto

	MSC/Tekno			Perfilor		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo	8.265	9.985	10.901	39.281	36.382	32.066
Passivo	1.890	2.415	2.281	23.722	22.108	36.068
Capital social	4.748	4.748	4.748	37.705	37.705	19.105
Patrimônio líquido	6.375	7.570	8.620	15.559	14.274	(4.002)
Receita operacional líquida	4.765	4.612	-	68.356	46.734	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>405</b>	<b>949</b>	<b>-</b>	<b>1.285</b>	<b>(324)</b>	<b>-</b>
Percentual de participação	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%

## 12.3 Movimentação dos investimentos das controladas e controladas em conjunto

	Controladora					
	Tekrom	Profinish	MSC Tekno	Perfilor	Alucoil	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>3.439</b>	<b>5.062</b>	<b>4.224</b>	-	-	<b>12.725</b>
Distribuição de dividendos	-	-	(980)	-	-	(980)
Capitalização (i) (ii)	-	-	-	9.114	1.759	10.873
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	210	-	210
Reversão de provisão para passivo a descoberto	-	-	-	(2.171)	(5)	(2.176)
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	159	855	465	(158)	(213)	1.108
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.598</b>	<b>5.917</b>	<b>3.709</b>	<b>6.995</b>	<b>1.541</b>	<b>21.760</b>
Distribuição de dividendos	-	-	(784)	-	-	(784)
Capitalização (iii) (iv)	-	-	-	-	4.116	4.116
Aquisição de investimentos (v)	-	-	-	-	4.585	4.585
Ágio na aquisição de investimentos (v)	-	-	-	-	1.013	1.013
Mais valia participação adicional Alucoil (v)	-	-	-	-	392	392
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	469	469
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	191	22	197	630	(606)	434
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.789</b>	<b>5.939</b>	<b>3.122</b>	<b>7.625</b>	<b>11.510</b>	<b>31.985</b>

<b>Provisão para passivo a descoberto</b> (registrado no passivo circulante)	<b>Tekrom</b>	<b>Profinish</b>	<b>MSC Tekno</b>	<b>Perfilor</b>	<b>Alucoil</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	-	-	-	<b>(1.961)</b>	<b>(5)</b>	<b>(1.966)</b>
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	(210)	-	(210)
Reversão de provisão para passivo a descoberto	-	-	-	2.171	5	2.176
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	-	-	-	-	-	-

	Consolidado			
	MSC Tekno	Perfilor	Alucoil	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>4.224</b>	-	-	<b>4.224</b>
Distribuição de dividendos	(980)	-	-	(980)
Capitalização (i) (ii)	-	9.114	1.759	10.873
Provisão para passivo a descoberto	-	210	-	210
Reversão de provisão para passivo a descoberto	-	(2.171)	(5)	(2.176)
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	465	(158)	(213)	94
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.709</b>	<b>6.995</b>	<b>1.541</b>	<b>12.245</b>
Distribuição de dividendos	(784)	-	-	(784)
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	197	630	(177)	650
Eliminação de saldo na consolidação (vi)	-	-	(1.364)	(1.364)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.122</b>	<b>7.625</b>	-	<b>10.747</b>

- (i) Capitalização realizada na controlada em conjunto Perfilor por aumento de capital no valor de R\$18.600, sendo a participação da Tekno feita por liquidação de contrato de mútuo no valor de R\$3.693 e depósito em conta bancária no valor de R\$5.421, conforme aprovada em reunião da AGE realizado em 3 de setembro de 2012.

- (ii) Capitalização realizada na controlada em conjunto Alucoil por aumento de capital no valor de R\$3.590, conforme aprovada em reunião da AGE realizado em 30 de outubro de 2012 e em 29 de novembro de 2012, sendo a participação da Tekno feita por depósito em conta bancária no valor de R\$1.759.
- (iii) Capitalização realizada na controlada em conjunto Alucoil por aumento de capital no valor de R\$3.600, conforme aprovada em reunião da AGE realizado em 31 de janeiro de 2013, sendo a participação da Tekno feita por liquidação de duplicatas a receber no valor de R\$1.194 e depósito em conta bancária no valor de R\$570.
- (iv) Capitalização realizada na controlada em conjunto Alucoil por aumento de capital no valor de R\$4.800, conforme aprovada em reunião da AGE realizado em 15 de maio de 2013, sendo a participação da Tekno feita por liquidação de duplicatas a receber no valor de R\$ 864 e depósito em conta bancária no valor de R\$1.488.
- (v) Aquisição de 41% das ações da controlada Alucoil em 26 de julho de 2013, no valor de R\$ 5.990 com ágio de R\$ 1.405, passando a deter 90% da participação acionária da controlada.
- (vi) Realizada a partir de 30 de setembro de 2013, devido a aquisição de controle descrita no item (v) acima.

### 13 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

#### 13.1 Controlada adquirida – Alucoil

A Companhia celebrou em 26 de julho de 2013, data da aquisição, o contrato de compra e venda com a Alucoil S.A.U, (Espanha) que estabelece os termos e condições para a aquisição de 41% do capital social votante da Companhia do negócio de construção civil, denominada “Alucoil do Brasil S.A.”.

#### 13.2 Contrapartida transferida

##### Contrapartida transferida

Caixa	5.990
-------	-------

A contrapartida transferida foi de R\$ 5.990, integralmente pagos no dia 26 de julho de 2013.

#### 13.3 Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	<u>Valor justo</u>
Ativos circulantes	4.347
Ativos não circulantes	9.608
Total do ativo não circulante	<u>13.955</u>
Passivos circulantes	1.815
Patrimônio líquido	12.140
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>13.955</u>



A Companhia avaliou os ativos e passivos da empresa adquirida pelo valor justo na data de aquisição.

#### 13.4 Ágio gerado na aquisição

Contrapartida transferida	5.990
Valor justo do patrimônio líquido proporcional	<u>4.977</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>1.013</u>

Foi gerado ágio na aquisição da controlada Alucoil, uma vez que a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio, pois não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

O ágio fiscal apurado na operação foi de R\$ 1.405, suportado por expectativa de rentabilidade futura.

De acordo com a legislação fiscal, somente seria dedutível o ágio gerado na aquisição até o limite do valor pago pelo controle da investida.

#### 13.5 Impactos da aquisição no resultado do grupo

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 inclui prejuízo de R\$475 e receita líquida de R\$27, atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Alucoil no período compreendido entre a data de aquisição e a data base das demonstrações financeiras.

## 14 IMOBILIZADO

	Controladora								
<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	282	5.757	1.096	72.128	865	2.697	25.561	744	109.130
Adições	-	105	-	1.685	15	59	14.637	76	16.577
Baixas	-	-	-	(51)	-	(2)	(7)	(104)	(164)
Transferências	-	283	(180)	154	(1)	591	(848)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	282	6.145	916	73.916	879	3.345	39.343	716	125.542
Adições	-	336	-	7.624	91	162	9.922	114	18.249
Baixas	-	-	-	(9)	(26)	(313)	(244)	(91)	(683)
Transferências	-	4.882	-	32.664	-	21	(37.567)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	282	11.363	916	114.195	944	3.215	11.454	739	143.108
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	(4.182)	(906)	(37.669)	(696)	(1.978)	-	(224)	(45.655)
Adições	-	(64)	(2)	(5.253)	(32)	(302)	-	(137)	(5.790)
Baixas	-	-	-	17	-	2	-	63	82
Transferências	-	(6)	6	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(4.252)	(902)	(42.905)	(728)	(2.278)	-	(298)	(51.363)
Adições	-	(72)	(1)	(6.379)	(30)	(304)	-	(128)	(6.914)
Baixas	-	-	-	6	24	306	-	69	405
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(4.324)	(903)	(49.278)	(734)	(2.276)	-	(357)	(57.872)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	282	7.039	13	64.917	210	939	11.454	382	85.236
Saldo em 31 de dezembro de 2012	282	1.893	14	31.011	151	1.067	39.343	418	74.179
Saldo em 1º de janeiro de 2012	282	1.575	190	34.459	169	719	25.561	520	63.475
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	2,2%	3,9%	9,3%	9,2%	21,7%	-	21,2%	

	Consolidado								
<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	282	5.757	1.096	72.234	869	2.734	25.561	930	109.463
Adições	-	105	-	1.685	15	59	14.637	76	16.577
Baixas	-	-	-	(51)	-	(2)	(7)	(104)	(164)
Transferências	-	283	(180)	154	(1)	591	(848)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	282	6.145	916	74.022	883	3.382	39.343	902	125.875
Adições na combinação de negócios	594	-	-	-	-	2	3.343	-	3.939
Adições	856	336	-	8.060	114	177	23.656	189	33.388
Baixas	-	-	-	(9)	(26)	(313)	(244)	(131)	(723)
Transferências	-	4.882	-	32.664	-	21	(37.567)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.732	11.363	916	114.737	971	3.269	28.531	960	162.479
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	(4.182)	(906)	(37.760)	(699)	(2.015)	-	(410)	(45.972)
Adições	-	(64)	(2)	(5.254)	(33)	(302)	-	(137)	(5.792)
Baixas	-	-	-	17	-	2	-	63	82
Transferências	-	(6)	6	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(4.252)	(902)	(42.997)	(732)	(2.315)	-	(484)	(51.682)
Adições	-	(72)	(1)	(6.381)	(30)	(306)	-	(129)	(6.919)
Baixas	-	-	-	6	24	306	-	109	445
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(4.324)	(903)	(49.372)	(738)	(2.315)	-	(504)	(58.156)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.732	7.039	13	65.365	233	954	28.531	456	104.323
Saldo em 31 de dezembro de 2012	282	1.893	14	31.025	151	1.067	39.343	418	74.193
Saldo em 1º de janeiro de 2012	282	1.575	190	34.474	170	719	25.561	520	63.491
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	2,2%	3,9%	9,3%	9,2%	21,7%	-	21,2%	

Em 26 de julho de 2013, a Tekno S.A. (“Companhia”) realizou a aquisição adicional de participação no investimento Alucoil em 41%, conforme descrito na nota explicativa 13. Advindo desta aquisição a Companhia passou a deter controle proporcional do montante de R\$3.939 do ativo imobilizado, distribuído nas rubricas terrenos, computadores e periféricos e imobilizações em andamento.

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo imobilizado de máquinas e equipamentos inclui R\$16.915 correspondentes à mais-valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixas de bens.

O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referido custo atribuído em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$5.751 (R\$7.551 em 31 de dezembro de 2012) está classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos”.

Anualmente, a Companhia procede a revisão das taxas de depreciação e vida útil dos bens do ativo imobilizado e a análise do “*impairment*” relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. Não foi identificada necessidade de registro de qualquer provisão para redução ao montante recuperável em 31 de dezembro de 2013.

## 15 INTANGÍVEL

<u>Custo do intangível bruto</u>	Controladora			
	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Direito de uso de softwares</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>30</b>	<b>2.997</b>	<b>-</b>	<b>3.027</b>
Adições	-	78	-	78
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>30</b>	<b>3.075</b>	<b>-</b>	<b>3.105</b>
Adições	-	248	760	1.008
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>30</b>	<b>3.323</b>	<b>760</b>	<b>4.113</b>
<b><u>Amortização acumulada</u></b>				
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>(30)</b>	<b>(2.618)</b>	<b>-</b>	<b>(2.648)</b>
Adições	-	(115)	-	(115)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(30)</b>	<b>(2.733)</b>	<b>-</b>	<b>(2.763)</b>
Adições	-	(150)	-	(150)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(30)</b>	<b>(2.883)</b>	<b>-</b>	<b>(2.913)</b>
<b><u>Intangível líquido</u></b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	440	760	1.200
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	342	-	342
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	379	-	379
Taxa média ponderada anual de amortização	10,0%	20,0%	-	

<u>Custo do intangível bruto</u>	<b>Consolidado</b>				
	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Direito de uso de softwares</b>	<b>Intangível em andamento</b>	<b>Ágio</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>31</b>	<b>3.028</b>	-	-	<b>3.059</b>
Adições	-	78	-	-	78
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>31</b>	<b>3.106</b>	-	-	<b>3.137</b>
Adições na combinação de negócios	-	-	-	1.013	1.013
Adições	-	273	1.538	-	1.811
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>31</b>	<b>3.379</b>	<b>1.538</b>	<b>1.013</b>	<b>5.961</b>
<b><u>Amortização acumulada</u></b>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>(31)</b>	<b>(2.649)</b>	-	-	<b>(2.680)</b>
Adições	-	(115)	-	-	(115)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(31)</b>	<b>(2.764)</b>	-	-	<b>(2.795)</b>
Adições	-	(153)	-	-	(153)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(31)</b>	<b>(2.917)</b>	-	-	<b>(2.948)</b>
<b><u>Intangível líquido</u></b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	462	1.538	1.013	3.013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	342	-	-	342
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	379	-	-	379
Taxa média ponderada anual de amortização	10,0%	20,0%	-	-	

Anualmente, a Companhia procede a revisão das taxas de amortização e vida útil dos bens do ativo intangível e a análise do “*impairment*” relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. Não foi identificada necessidade de registro de qualquer provisão para redução ao montante recuperável em 31 de dezembro de 2013.

## 16 FORNECEDORES

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>01/01/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>01/01/2012</b>
No País	3.193	2.768	3.392	4.291	2.906	3.504
No exterior	2.099	2.677	4.574	2.271	2.681	4.574
	<b>5.292</b>	<b>5.445</b>	<b>7.966</b>	<b>6.562</b>	<b>5.587</b>	<b>8.078</b>

## 17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Provisão de férias e encargos	2.189	1.759	1.487	2.295	1.775	1.500
Salários	697	523	474	736	531	480
INSS	600	506	465	634	513	473
FGTS	179	147	135	189	149	137
Outros	486	429	405	510	429	407
	<b>4.151</b>	<b>3.364</b>	<b>2.966</b>	<b>4.364</b>	<b>3.397</b>	<b>2.997</b>

## 18 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas jurídicas pendentes e, quanto aos riscos trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e com indenizações rescisórias, como segue:

	Controladora e consolidado						
	Trabalhistas	Dep. Judiciais	Sub-total	Tributárias	Dep. Judiciais	Sub-total	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>1.568</b>	<b>(169)</b>	<b>1.399</b>	<b>297</b>	<b>-</b>	<b>297</b>	<b>1.696</b>
Provisões constituídas	232	-	232	1.522	-	1.522	1.754
Provisões utilizadas	-	-	-	(241)	-	(241)	(241)
Depósitos efetuados	-	(238)	(238)	-	(1.522)	(1.522)	(1.760)
Reversões	(325)	161	(164)	-	-	-	(164)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.475</b>	<b>(246)</b>	<b>1.229</b>	<b>1.578</b>	<b>(1.522)</b>	<b>56</b>	<b>1.285</b>
Não circulante	954	(153)	801	-	-	-	801
Circulante	521	(93)	428	1.578	(1.522)	56	484
Provisões feitas durante o exercício	265	-	265	186	-	186	451
Depósitos feitos durante o exercício	-	(428)	(428)	-	-	-	(428)
Provisões utilizadas	(33)	-	(33)	-	-	-	(33)
Reversões	(516)	411	(105)	(186)	-	(186)	(291)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.191</b>	<b>(263)</b>	<b>928</b>	<b>1.578</b>	<b>(1.522)</b>	<b>56</b>	<b>984</b>
Não circulante	1.055	(246)	809	-	-	-	809
Circulante	136	(17)	119	1.578	(1.522)	56	175
	<b>1.191</b>	<b>(263)</b>	<b>928</b>	<b>1.578</b>	<b>(1.522)</b>	<b>56</b>	<b>984</b>

Existem outros processos preponderantemente trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda no montante de R\$ 207 em 31 de dezembro de 2013 (R\$190 em 31 de dezembro de 2012 e R\$176 em 1º de janeiro de 2012) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como componente do patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### Ações preferenciais

Ações preferenciais não dão direito a voto, são classificadas como componente do patrimônio líquido e têm participação nos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo garantida a prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação e direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 11.639/2007.

Em 26 de abril de 2012 foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$6.500, mediante capitalização da conta de reserva de retenção de lucros, com emissão de 76.398 novas ações.

Em 29 de abril de 2013 foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$7.000, mediante capitalização de R\$1.740 da conta de reserva de incentivos fiscais e de R\$5.260 da conta de retenção de lucros, com emissão de 86.687 novas ações.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2013, o capital social integralizado está representado por 2.857.301 ações, sem valor nominal, sendo 1.318.930 ações preferenciais e 1.538.371 ordinárias.

	<b>Ações Preferenciais</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Ações Total</b>
<b>Saldo inicial em 01/01/2012</b>	<b>1.243.650</b>	<b>1.450.566</b>	<b>2.694.216</b>
Emissão de novas ações	35.265	41.133	76.398
<b>Saldo final em 31/12/2012</b>	<b>1.278.915</b>	<b>1.491.699</b>	<b>2.770.614</b>
Emissão de novas ações	40.015	46.672	86.687
<b>Saldo final em 31/12/2013</b>	<b>1.318.930</b>	<b>1.538.371</b>	<b>2.857.301</b>

### b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o montante correspondente a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao ajuste de custo atribuído ao imobilizado, registrado em 1º de janeiro de 2009 deduzido do Imposto de Renda diferido passivo e da realização, pela depreciação durante os exercícios subsequentes.

d. Dividendos pagos

Em 26 de abril de 2012, a Companhia distribuiu dividendos propostos no valor de R\$15.601, creditados em 16 de maio de 2012, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a proporção de R\$5,79 por ação, sobre a posição acionária de 26 de abril de 2012, representada por 2.694.216 ações.

Em 29 de abril de 2013, a Companhia distribuiu dividendos propostos no valor de R\$15.902, creditados em 22 de maio de 2013, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a proporção de R\$5,74 por ação, sobre a posição acionária de 29 de abril de 2013, representada por 2.770.614 ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

e. Juros sobre o capital próprio pagos

Em 25 de julho de 2012 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$5.883, a proporção de R\$2,12 por ação.

Em 27 de novembro de 2012 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$5.395, a proporção de R\$1,95 por ação.

Em 31 de julho de 2013 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$4.827, a proporção de R\$1,69 por ação.

Em 27 de novembro de 2013 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$4.829, a proporção de R\$1,69 por ação.

A Administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral dos acionistas que a parcela líquida desses juros do capital próprio, na importância de R\$8.222, seja atribuída aos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o previsto no parágrafo 7, art.9º da Lei nº 9.249/95.

f. Destinação do lucro líquido

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).



	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Lucro líquido do exercício	21.629	21.385
Efeito da realização do custo atribuído (deemed cost)	3.495	2.805
Reserva legal (5%) sobre o lucro líquido	(1.081)	(1.070)
Reserva legal (5%) sobre o efeito da realização do custo atribuído	(174)	(140)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	23.869	22.980
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.967	5.745
(-) Juros sobre o capital próprio líquido creditados no exercício	8.222	9.601
(=) Excesso creditados superiores ao obrigatório (pagos no exercício)	(2.255)	(3.856)
Dividendos adicionais propostos	4.000	11.702

g. Participações estatutárias

Os Administradores, conforme previsão estatutária (Art. 20) e observados os limites previstos em lei, farão jus a uma participação nos lucros da Companhia, cujo montante global será fixado pela assembleia geral, e distribuído entre os membros de cada órgão por deliberação do Conselho de Administração.

## 20 LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme o quadro a seguir:

	<b>2013</b>			<b>2012</b>		
	<b>Preferencial</b>	<b>Ordinária</b>	<b>Total</b>	<b>Preferencial</b>	<b>Ordinária</b>	<b>Total</b>
Lucro líquido atribuível aos acionistas	9.985	11.644	21.629	9.872	11.513	21.385
Quantidade de ações - média ponderada	1.306	1.523	2.829	1.267	1.478	2.745
Resultado básico e diluído por ação	7,645	7,645	7,645	7,791	7,791	7,791

A Companhia não possuía instrumentos de diluição do lucro por ação em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

## 21 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vendas de produtos	76.599	64.754	76.489	64.772
Industrialização para terceiros	124.190	98.557	124.352	98.661
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>200.789</b>	<b>163.311</b>	<b>200.841</b>	<b>163.433</b>
Deduções da receita	(47.929)	(37.622)	(47.922)	(37.641)
Impostos sobre vendas	(45.311)	(36.023)	(45.302)	(36.041)
Devoluções e abatimentos	(2.618)	(1.599)	(2.620)	(1.600)
<b>Total de receita operacional líquida</b>	<b>152.860</b>	<b>125.689</b>	<b>152.919</b>	<b>125.792</b>

## 22 CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Matéria-prima	64.316	51.017	61.764	48.908
Salários, encargos e benefícios	22.285	19.203	22.671	19.468
Energia elétrica e gás natural	9.431	9.636	9.431	9.636
Depreciação e amortização	6.540	5.390	6.549	5.401
Manutenção	5.280	4.498	5.281	4.499
Outros custos	3.968	2.058	5.279	3.189
	<b>111.820</b>	<b>91.802</b>	<b>110.975</b>	<b>91.101</b>

## 23 DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas de pessoal	2.499	2.197	3.209	2.197
Publicidade e propaganda	210	282	375	282
Comissões sobre vendas	101	75	101	75
Material de consumo	96	78	140	78
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	279	6	279	13
Despesas de depreciação	11	9	17	9
Despesas com fretes	1.460	1.277	1.465	1.277
Despesas diversas com vendas	344	401	739	401
	<b>5.000</b>	<b>4.325</b>	<b>6.325</b>	<b>4.332</b>

## 24 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Honorários da administração	2.021	1.880	2.037	1.895
Despesas de pessoal	6.540	5.938	6.559	5.958
Material de consumo	978	735	979	735
Despesas de depreciação	513	506	514	506
Despesas de comunicação	505	448	506	448
Serviços prestados por terceiros	1.534	1.308	1.762	1.316
Tributos diversos	506	2.129	553	2.136
Participações / contribuições estatutárias	581	553	581	553
Despesas diversas de administração	3.445	1.569	3.717	1.579
	<b>16.623</b>	<b>15.066</b>	<b>17.208</b>	<b>15.126</b>

## 25 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros passivos	(93)	(36)	(93)	(36)
Variações cambiais passivas	(18)	(47)	(18)	(47)
Despesas bancárias	(138)	(97)	(144)	(103)
Outras despesas financeiras	-	(81)	(3)	(78)
	<b>(249)</b>	<b>(261)</b>	<b>(258)</b>	<b>(264)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros ativos	146	288	146	288
Variações cambiais ativas	1.315	86	1.414	86
Rendimentos de aplicações financeiras	5.806	9.578	6.321	10.235
Outras receitas financeiras	803	226	822	226
	<b>8.070</b>	<b>10.178</b>	<b>8.703</b>	<b>10.835</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>7.821</b>	<b>9.917</b>	<b>8.445</b>	<b>10.571</b>

## 26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não operaram com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos apresentados.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, bem como os critérios para sua valorização são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sendo o valor justo similar ao valor contábil.
- Contas a receber: 99% dos saldos de contas a receber de clientes da companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão denominados em reais.
- Partes relacionadas: As contas a receber de partes relacionadas são decorrentes de transações comerciais e possuem prazo inferior e superior a um ano, conforme apresentado na nota explicativa nº 11, sem incidência de juros.
- Fornecedores: A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem contas a pagar em moeda estrangeira e em moeda local.

#### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

#### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto estarem sujeitas a ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas em conjunto para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e venda de produtos.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Além do cenário provável a CVM através da instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados conforme abaixo:

	Controladora		
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	atual	- 25%	- 50%
Taxa CDI	10,00%	7,50%	5,00%
Rendimento anual das aplicações financeiras	4.535	3.401	2.267
<b>Efeito no rendimento - redução</b>	-	<b>(1.134)</b>	<b>(2.267)</b>

  

	Consolidado		
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	atual	- 25%	- 50%
Taxa CDI	10,00%	7,50%	5,00%
Rendimento anual das aplicações financeiras	4.925	3.693	2.462
<b>Efeito no rendimento - redução</b>	-	<b>(1.231)</b>	<b>(2.462)</b>

O cenário 1 considera uma queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 7,50%) e o cenário 2 uma queda de 50% (taxa de 5,00%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$45.349 (R\$49.245 no Consolidado). Os resultados à luz dessas variações seriam redução do rendimento de R\$1.134 no cenário 1 (R\$1.231 no Consolidado) e de R\$2.267 no cenário 2 (R\$2.462 no Consolidado).

Análise de sensibilidade de variações cambiais

	Controladora		
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	atual	+ 25%	+ 50%
Cotação do dólar	2,342	2,928	3,513
Fornecedores exterior - R\$ 2.099 (US\$ 896)	2.099	2.624	3.149
<b>Efeito na despesa de variação cambial - aumento</b>	-	<b>(525)</b>	<b>(1.050)</b>

  

	Consolidado		
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	atual	+ 25%	+ 50%
Cotação do dólar	2,342	2,928	3,513
Fornecedores exterior - R\$ 2.271 (US\$ 0.970 mil)	2.271	2.839	3.407
<b>Efeito na despesa de variação cambial - aumento</b>	-	<b>(568)</b>	<b>(1.136)</b>

O cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013 de R\$2,342/US\$ (R\$2,928/US\$) e o cenário 2 uma desvalorização de 50% (R\$3,513/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas teriam aumento de despesa de R\$ 525 (R\$ 568 no consolidado) no cenário 1 e de R\$ 1.050 (R\$ 1.136 no consolidado) no cenário 2.

### Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa	43.403	88.931	126.311	47.329	98.354	134.682
Aplicações financeiras	2.661	-	2.262	2.661	-	2.262
Contas a receber de clientes - circulante	28.734	23.736	22.669	28.743	23.738	22.677
Partes relacionadas - circulante	2.645	3.894	361	2.497	3.905	367
Partes relacionadas - não circulante	8.192	2.661	35	4.016	2.649	8
Passivos financeiros ao custo amortizado:						
Fornecedores - circulante	5.292	5.445	7.966	6.562	5.587	8.078
Partes relacionadas - circulante	389	153	346	-	18	148
Outras contas a pagar - circulante	800	519	355	800	520	355

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

### Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

**Consolidado – 31 de dezembro de 2013**

	Inferior a um ano	De um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	6.562	-	-	6.562
Partes relacionadas	-	-	-	-
Outras contas a pagar - circulante	800	-	-	800

**27 GESTÃO DO CAPITAL**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

**28 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e em relação aos negócios da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas metálicas, atuando especificamente no segmento da indústria em geral e no de industrialização para terceiros, a controlada Tekrom atua no segmento de transportes e a controlada Profinish atua na produção de produtos químicos utilizados no processo de produção da controladora.

Para fins de apresentação das informações por segmento operacional, tendo em vista a alteração da prática contábil descrita na Nota 4, relacionada a não consolidação das demonstrações financeiras das controladas em conjunto, a divulgação por segmento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e do balanço patrimonial em 1º. de janeiro de 2012 foram reapresentadas.

- Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013

	<b>Indústrias em Geral</b>	<b>Industrialização para Terceiros</b>	<b>Construção civil</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>				
Circulante	41.352	72.689	1.201	<b>115.242</b>
Não circulante	3.328	5.849	1.492	<b>10.669</b>
Investimentos	3.909	6.871	-	<b>10.780</b>
Imobilizado	33.559	58.990	11.774	<b>104.323</b>
Intangível	988	1.737	288	<b>3.013</b>
	<b>83.136</b>	<b>146.136</b>	<b>14.755</b>	<b>244.027</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	4.124	7.248	2.598	<b>13.970</b>
Não circulante	2.689	4.727	493	<b>7.909</b>
Patrimônio líquido	76.323	134.161	11.664	<b>222.148</b>
	<b>83.136</b>	<b>146.136</b>	<b>14.755</b>	<b>244.027</b>

- Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012

	<b>Indústrias em Geral</b>	<b>Industrialização para Terceiros</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>			
Circulante	56.963	92.733	<b>149.696</b>
Não circulante	2.753	4.482	<b>7.235</b>
Investimentos	4.672	7.606	<b>12.278</b>
Imobilizado	28.232	45.961	<b>74.193</b>
Intangível	130	212	<b>342</b>
	<b>92.750</b>	<b>150.994</b>	<b>243.744</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante	4.382	7.133	<b>11.515</b>
Não circulante	3.230	5.258	<b>8.488</b>
Patrimônio líquido	85.138	138.603	<b>223.741</b>
	<b>92.750</b>	<b>150.994</b>	<b>243.744</b>

- Balanço patrimonial consolidado em 1º de janeiro de 2012

	<b>Indústrias em Geral</b>	<b>Industrialização para Terceiros</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>			
Circulante	72.911	109.510	<b>182.421</b>
Não circulante	1.533	2.302	<b>3.835</b>
Investimentos	1.701	2.556	<b>4.257</b>
Imobilizado	25.376	38.115	<b>63.491</b>
Intangível	151	228	<b>379</b>
	<b>101.672</b>	<b>152.711</b>	<b>254.383</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante	6.107	9.173	<b>15.280</b>
Não circulante	3.944	5.924	<b>9.868</b>
Patrimônio líquido	91.621	137.614	<b>229.235</b>
	<b>101.672</b>	<b>152.711</b>	<b>254.383</b>



- Demonstrações de resultados consolidado em 31 de dezembro de 2013

	<b>Indústrias em Geral</b>	<b>Industrialização para Terceiros</b>	<b>Construção civil</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>55.205</b>	<b>97.040</b>	<b>674</b>	<b>152.919</b>
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(47.768)	(62.623)	(584)	(110.975)
<b>Lucro bruto</b>	<b>7.437</b>	<b>34.417</b>	<b>90</b>	<b>41.944</b>
Receitas (despesas ) operacionais	(4.108)	(17.308)	(1.253)	(22.669)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>3.329</b>	<b>17.109</b>	<b>(1.163)</b>	<b>19.275</b>
Resultado financeiro líquido	1.607	6.770	68	8.445
Receitas financeiras	1.652	6.959	92	8.703
Despesas financeiras	(45)	(189)	(24)	(258)
<b>Resultado operacional antes do IRPJ e CSSL</b>	<b>4.936</b>	<b>23.879</b>	<b>(1.095)</b>	<b>27.720</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.227)	(5.169)	257	(6.139)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>3.709</b>	<b>18.710</b>	<b>(838)</b>	<b>21.581</b>

- Demonstrações de resultados consolidado em 31 de dezembro de 2012

	<b>Indústrias em Geral</b>	<b>Industrialização para Terceiros</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>47.362</b>	<b>78.430</b>	<b>125.792</b>
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(40.913)	(50.188)	(91.101)
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.449</b>	<b>28.242</b>	<b>34.691</b>
Receitas (despesas ) operacionais	(3.905)	(14.745)	(18.650)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>2.544</b>	<b>13.497</b>	<b>16.041</b>
Resultado financeiro líquido	2.162	8.409	10.571
Receitas financeiras	2.217	8.618	10.835
Despesas financeiras	(55)	(209)	(264)
<b>Resultado operacional antes do IRPJ e CSSL</b>	<b>4.706</b>	<b>21.906</b>	<b>26.612</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.068)	(4.159)	(5.227)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>3.638</b>	<b>17.747</b>	<b>21.385</b>

- Demonstração de fluxo de caixa consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2013

	<b>Indústrias em Geral</b>	<b>Industrialização para Terceiros</b>	<b>Construção civil</b>	<b>Total</b>
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	5.536	9.732	(1.190)	14.078
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.784)	(20.714)	(7.047)	(39.545)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(9.267)	(16.291)	-	(25.558)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(15.515)	(27.273)	(8.237)	(51.025)

• Demonstração de fluxo de caixa consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2012

	<b>Indústrias em Geral</b>	<b>Industrialização para Terceiros</b>	<b>Total</b>
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	4.669	7.602	12.271
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.265)	(13.456)	(21.721)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(9.746)	(17.132)	(26.878)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13.342)	(22.986)	(36.328)

## 29 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2013 estas possuíam as seguintes coberturas de seguros:

<b>Coberturas</b>	<b>Risco coberto</b>	<b>Valores em Reais</b>
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, danos elétricos, furto	42.852
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	720
Responsabilidade civil		Taxa de 0,024% s/ mercadorias transportadas
Transportes de materiais	Roubo e furto qualificado	Taxa de 0,0080%

## 30 PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A Companhia e suas controladas possuem desde o mês de agosto de 2001, um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), oferecido com exclusividade aos seus diretores e funcionários, administrado pela Brasilprev Previdência Privada S.A. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão de suas contribuições, descontinuidade ou transferência para outra administradora.

Essas remunerações são reajustadas de acordo com a variação geral dos salários aplicados pela Companhia. As contribuições registradas no período findo em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 481 (R\$ 240 em 2012) e R\$ 485 (R\$ 244 em 2012) no consolidado.

## 31 OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia proporciona a seus empregados um plano de assistência médica definido pós-emprego em que o custeio é realizado tanto pelo empregador quanto pela patrocinadora. A provisão representa o direito de manutenção da condição de beneficiário para aposentados que contribuíram para o plano de assistência médica, que tratam o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9656 de 3 de junho de 1998. Conforme cálculo efetuado por consultores atuariais contratados pela Companhia, o valor do passivo referente aos empregados que fazem parte do plano de assistência médica, é de R\$1.033 em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 1.800 em 31 de dezembro de 2012.

<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Saldo inicial	1.800	1.000	-
Adições	295	800	1.000
Outros resultados abrangentes	(1.062)	-	-
Saldo final	<u>1.033</u>	<u>1.800</u>	<u>1.000</u>

A movimentação da provisão para benefícios pós-emprego incluem R\$ 1.062 de ganhos atuariais devido a alteração nas premissas utilizadas, registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 como outros resultados abrangentes. As premissas alteradas referem-se a taxa de adesão ao plano médico, pois segundo publicações do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 15% é o percentual máximo de gastos com assistência médica que pessoas acima de 60 anos de idade estão dispostas a gastar.

As premissas atuarias adotadas foram as seguintes:

Taxa de desconto	5,36% ao ano (“a.a.”)
Taxa de inflação	5,20% ao ano (“a.a.”)
Índice de dependência principal	95%
Idade cônjuge feminino	Média de 4 anos a menos
Rotatividade	7,92% ao ano (“a.a.”)

Tabela de mortalidade AT-2000

## 32 APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

A Companhia adota como política de recursos humanos a aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores aos 65 anos de idade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, incluem R\$ 1.897 de provisão para despesas com aposentadoria compulsória, incluída em despesas diversas administrativas, calculada com base nos valores das multas rescisórias dos colaboradores que completarão 65 anos. De acordo com o CPC 23, os efeitos de mudança de estimativas devem ser registradas prospectivamente. Para efeitos de divulgação, caso a mesma metodologia de cálculo fosse utilizada em 31 de dezembro de 2012, o montante apurado para provisão de aposentadoria compulsória, naquela data, seria de R\$ 1.074.

<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>
Saldo inicial	-
Adições	1.897
Reversões	-
Saldo final	<u>1.897</u>

## 33 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aquisições de bens do ativo imobilizado sem efeito caixa	1.983	2.486	2.684	2.486
Adequação de classificação de Ativo imobilizado para intangível	191	-	191	-
	<u>2.174</u>	<u>2.486</u>	<u>2.875</u>	<u>2.486</u>

A demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresenta efeito de caixa no montante de R\$2.419 na controladora e consolidado, referente a pagamentos de aquisições de bens do ativo imobilizado de exercícios anteriores.

## 34 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de fevereiro de 2014, houve integralização de capital da Controlada Profinish no montante de R\$3.500.

## 35 APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 25 de março de 2014.

**Composição do Conselho de Administração**

Valter Takeo Sasaki  
(Presidente)

Eloísa Madeira Szanto  
(Vice-Presidente)

Rita Maria Leal da Silveira Lanari  
(Membro)

Hebe Amaral Caiuby Ariani  
(Membro)

João Alberto de Almeida Borges  
(Membro)

Carlos Alberto de Almeida Borges  
(Membro)

Regina Coeli de Almeida Borges  
(Membro)

**Composição da Diretoria**

Guilherme Luiz do Val  
(Diretor Presidente)

Valter Takeo Sasaki  
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

José Luiz Madeira do Val  
(Diretor Administrativo)

João Alberto de Almeida Borges  
(Diretor Superintendente)

Edson da Silva Lopes  
Gerente de Controladoria  
CRC 1SP116.560/O-8